

Referenciais para a Formação de Professores Indígenas: um livro do MEC como bússola para a escolaridade

Betty Mindlin

Doutora em Antropologia pela Pontifícia Universidade Católica
de São Paulo (PUC-SP).

A formação de professores, sem interrupção de sua carreira de magistério, feita em períodos concentrados de tempo para não prejudicar as tarefas didáticas, é uma das grandes invenções do sistema de ensino. Trata-se de uma ação afirmativa, compensando uma parcela da população antes marginalizada, por não ter tido acesso à escola e ao ensino universal.

No caso dos índios, este empreendimento é uma tarefa ainda mais complexa que com professores da rede pública em geral, por serem povos com outras línguas e culturas, que tradicionalmente não tinham escolas, mas sim outros processos de ensino e aprendizagem. Ao criarem escolas oficialmente reconhecidas, os povos indígenas têm que combinar dois universos distintos, por vezes opostos, duas ou mais formas de pensar e viver, a sua e a da sociedade nacional. É preciso formular princípios nada simples de seguir, mas talvez só assim seja viável garantir o direito à pluralidade cultural, às línguas, combatendo racismo e preconceito, fundando uma verdadeira cidadania.

A inspiração para a política governamental de formação de professores indígenas veio de programas não-governamentais que surgiram nos anos 80 e 90, traduzindo o anseio indígena por autonomia, conhecimento da sociedade brasileira e defesa de suas terras e seus direitos. Entre os programas mais consolidados e conhecidos, estão o do Acre e o dos Tikuna, mas há dezenas de outros, cada um com uma configuração própria. Alguns começaram ensinando diretamente aos estudantes, crianças ou adultos, mas logo descobriram que o trabalho com os professores indígenas era um melhor método de preservar e ampliar os muitos repertórios culturais. O Ministério da Educação (MEC) vem acolhendo e incorporando essas experiências, ao procurar delinear uma política educacional indígena multilíngüe e intercultural.

Referenciais para a formação de professores indígenas

Um documento importante, que vem sendo elaborado desde 1998, com contribuições de professores indígenas, consultores,

professores universitários, pareceristas, técnicos de secretarias de educação, e que está sendo publicado em 2002, são os *Referenciais para a formação de professores indígenas* (Secretaria de Educação Fundamental – SEF/MEC, Brasília, 2002, 84 páginas, coordenação e redação de Luís Donisete Benzi Grupioni e Nietta Lindenberg Monte). É uma espécie de guia para construir e disseminar um modo de pensar e um sistema para as escolas indígenas, influenciando os muitos agentes envolvidos na questão educacional indígena, como educadores das redes estadual e municipal, que, em sua maioria, não tinham até agora familiaridade com a educação intercultural, nem informações sobre povos indígenas.

Os referenciais para a formação de professores completam e pressupõem o funcionamento do Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI) – SEF/MEC, 1998. Enquanto o RCNEI se ocupa de princípios e conteúdos de um currículo que os professores indígenas devem aplicar em sala de aula, os referenciais marcam caminhos inovadores para pensar quem são os professores indígenas, qual deve ser a sua formação, o que devem aprender em curto espaço de tempo, diretrizes inexistentes até alguns anos atrás, indispensáveis para consolidar um sistema de ensino-aprendizagem conduzido pelos povos indígenas, e que agora é reivindicação sua, não uma imposição da sociedade.

Há dois aspectos cruciais nos *Referenciais para a formação de professores indígenas*. O primeiro é preparar professores indígenas para todas as complexas tarefas ora necessárias, num processo de formação permanente, regularizando sua situação profissional, permitindo que mesmo em serviço completem sua escolaridade até o terceiro grau, de acordo com cursos, currículo e calendários específicos, que devem ser flexíveis, construídos em direção a uma educação intercultural e multilíngüe, sob as rédeas da comunidade.

O segundo é criar, nas secretarias estaduais de educação, as instituições, conhecimentos, instâncias administrativas, equipe técnica, formas de trabalho concretas para que os princípios legais sejam obedecidos e a autonomia indígena na escolha de educação

específica seja respeitada. Segundo a legislação brasileira ora em vigor, as secretarias são legalmente responsáveis por executar o programa de educação escolar indígena, sob orientação do MEC; no entanto, ainda não têm o preparo para essas atribuições.

Os temas dos referenciais

O professor indígena

Este livro é, provavelmente, um dos primeiros textos que expõe de modo lúcido o novo conceito de professor indígena em toda a sua multiplicidade.

Os professores indígenas têm a incumbência de analisar dois mundos, o étnico e o que costumamos chamar de ocidental. Devem escolher em conjunto com colegas e com a comunidade o modelo de escola, o currículo, o calendário, a pedagogia, ouvindo os anseios de pais, dos líderes e dos mais velhos, contando com a força coletiva do próprio povo e das organizações indígenas ou de professores indígenas locais, regionais ou nacionais. Devem refletir sobre a sociedade que almejam e pensar em formas educacionais para atingi-las, têm que entender o mundo globalizado e o próprio mundo, diferente em cada povo, têm que ensinar em suas línguas e dominar o português, devem adquirir conteúdos de conhecimento de um sistema educacional, o brasileiro ou universal, do qual até há pouco estavam marginalizados.

O livro procura traçar um perfil dos professores e as capacidades que deveriam desenvolver. Os autores partem do quadro atual brasileiro, dos dados sobre quantos professores e escolas indígenas há no Brasil, em que regiões, quantas mulheres e homens, quais os níveis de escolaridade e outros atributos, procurando definir os critérios para a escolha do professor indígena: as qualidades apontadas são uma construção feita a partir de muitas opiniões e povos distintos.

Uma lista imensa de requisitos para que sejam escolhidos os professores indígenas inclui, por exemplo, os que estejam

comprometidos com a comunidade, com a tradição e saberes do povo, que falem a língua, que sejam pesquisadores de seu mundo, que sejam criativos, críticos, que participem do cotidiano da aldeia, e muito mais.

Na verdade, espera-se do professor uma compreensão e análise bastante acuradas da sociedade, do ensino e pedagogia, das instituições vigentes, um relacionamento estreito com a comunidade, conhecimento da própria língua e cultura, criatividade, espírito crítico, reflexão sobre seus estudantes, com formas de despertar curiosidade e obter resultados, e muitas outras qualidades – modelos que todos gostaríamos de ser.

O conjunto de qualidades necessárias mostra que pessoas heróicas estes profissionais deveriam ser, com equilíbrio de acrobatas. Como sua função e o sistema escolar em si são relativamente novos, exige-se deles um domínio de conceitos de duas sociedades, uma crítica permanente das formas sociais em que estão inseridos, para irem inventando e criando os modos de reprodução e inovação de tradições, da relação entre gerações, dos valores culturais. Uma meta bastante alta, considerando que muitos desses professores são jovens, falam na melhor das hipóteses o português como segunda língua, tiveram pouca ou nenhuma escolaridade e, pouca experiência urbana.

Espera-se também dos profissionais indígenas que tenham profundas raízes no mundo dos índios, o que nem sempre é verdade. As condições materiais, econômicas, ambientais, sociais, culturais, religiosas vividas pelos índios têm sofrido profundas transformações, e não é fácil para os índios ter consciência plena do que estão passando ou ter clareza quanto aos seus alvos na sociedade.

Muitos são jovens no começo de vida, com necessidades de obter renda monetária e participar da sociedade mais ampla (novidades em muitas das comunidades antes isoladas e sem moeda), com raízes na vida indígena, mas desejos de participar da vida brasileira como um todo. O pequeno número de mulheres professoras na Região Norte e nas áreas mais tradicionais é um problema adicional: para as mulheres, a ponte cultural é ainda mais árdua de

construir, mais contraditório combinar os papéis sociais dos vários mundos.

Tantas perspectivas são, aparentemente, de conciliação quase utópica. O mérito do documento é justamente traduzir os numerosos dilemas e contradições em critérios concretos para reconhecer a profissão de professor indígena, criar uma escola especificamente indígena, reivindicar, fomentar e institucionalizar a participação contínua das comunidades indígenas, seus representantes e professores no desenho do sistema escolar indígena.

Afirmar, como faz o documento, que as comunidades devem participar ativamente do processo educacional, que os professores indígenas devem ser levados a refletir sobre os próprios valores, sobre o conteúdo da escola e currículo, sobre a sua identidade cultural, é fundamental.

Os critérios e as reflexões, mesmo tocando em questões tão difíceis, levam a compreender o sistema diferenciado que se está tentando implantar. Explicitados num documento, são argumentos que podem ser melhor repassados às secretarias de educação e a educadores que jamais lidaram com a questão indígena, formando opinião e esclarecendo a necessidade de flexibilidade na construção de currículos, cursos de formação, avaliação dos professores em formação, tornando patente a necessidade de colaboração com organizações não-governamentais (ONGs), especialistas, professores universitários com prática e reflexão sobre educação indígena – e, sobretudo, exigindo sempre a gestão indígena de seu sistema educacional.

Autoria, pesquisa da tradição, cursos intensivos nas cidades e nas terras indígenas

A insistência na autoria indígena da escola – na criação do currículo, na elaboração de material didático, com pesquisa dos professores ou outros profissionais índios para incluir um conteúdo

de sua tradição na escola – é uma novidade em documentos oficiais. Ao mesmo tempo, insiste-se na necessidade de criar bibliotecas para os índios, de pôr à sua disposição estudos científicos e universitários sobre sua cultura, espécie de arquivos de pesquisa. Há ênfase na importância de fomentar o uso escrito e oral das línguas indígenas em múltiplas atividades do currículo, evitando que a língua esteja apenas em uma disciplina.

A pesquisa das raízes e tradições do povo por parte dos professores é outra invenção simples e produtiva, que tem sido uma realidade em alguns programas de formação, originando livros e material didático.

Grande parte da reflexão contida nesse documento origina-se da experiência educacional de algumas ONGs com duas ou mais décadas de atividade, com resultados que podem ser observados. Um dos padrões sugeridos, comum nesses programas de formação de professores indígenas, são etapas de cursos com consultores qualificados nas cidades, reunindo uma ou várias etnias, associados a etapas em que os professores ficam nas aldeias, se possível com assessorias periódicas, das quais agora as secretarias estaduais deveriam participar. A pesquisa feita pelos professores complementa os cursos presenciais na cidade, engajando-os em atividades estimulantes, nos períodos em que estão lançados aos seus próprios recursos.

A interculturalidade

A institucionalização da educação indígena, com professores indígenas contratados, escolas reconhecidas legalmente, com autonomia indígena na sua gestão e apoio governamental no seu financiamento e qualidade, sempre incorporando a interculturalidade e o multilingüismo são o nexó do livro sobre formação de professores, apontando muitos rumos interessantes.

A reflexão é profunda e espelha visões de muitos atores, indígenas ou estudiosos. Merece uma continuação e uma revisão

periódica ao longo do tempo, para que o excesso de regras na escolaridade não prejudique a liberdade de formas possíveis de ensino, a serem sempre criadas.

Uma das metas a conservar é um perfil não-homogeneizante de professor indígena. Almejamos a diversidade de escolas indígenas, baseada nas diferentes funções sociais que a escola vem desempenhando e irá desempenhar no futuro, segundo escolhas de cada povo indígena. Se um povo escolher apenas o ensino na própria língua, ou mesmo um ensino sem escrita, unicamente oral, em tese isso deveria ser passível de reconhecimento oficial. Ou se um grupo de professores e um povo preferir que o aprendizado seja feito em rituais tradicionais, conduzido por outro gênero de professores, os mais velhos, de outra geração, também o padrão deveria ser aceito.

Quando as experiências criativas são moldadas em regra e lei, porém, há o risco de perder o leque da diversidade de valores, métodos pedagógicos e de aprendizagem, objetivos sociais distintos para cada um dos muitos povos indígenas do País. A instituição escolar, a burocracia administrativa, a gestão escolar, a remuneração dos professores, a avaliação, os programas, séries, o conteúdo de informação e o método pedagógico da escola ocidental são uma grande interferência na vida indígena, cujo alcance não é simples de perceber. Pesquisa e investigação concomitantes com a política de instituir a escolaridade poderiam contribuir para a consciência dos processos, minorar impactos impositivos e orientar uma escolha mais autêntica das formas escolares por parte das comunidades.

O sistema escolar indígena, instituído pelo estado nacional com a participação dos índios, segue em linhas gerais os padrões da sociedade brasileira, com escolas legalizadas nas aldeias, professores contratados, avaliação pelas secretarias de educação, séries, critérios de aprovação. Estas escolas são, por vezes, difíceis de combinar com as características de povos nômades, em constante mudança de aldeia como, por exemplo, os Mbyá, sempre migrando e reorganizando seus grupos familiares, entre diversos Estados e

mesmo países, que resistem a se fixarem ou se submeterem a qualquer instituição que os sedentarize e coopte. Uma flexibilidade na contratação de professores desses povos, admitindo mudanças, transferências de docentes e estudantes, adaptação a séries e currículo em diversos lugares, deveria ser possível e inventada, estimulando o interesse pela escola, à qual, às vezes, os índios resistem porque contradiz sua forma de viver. Uma espécie de escola itinerante ou ensino nômade seria a imagem ideal de escola para esses povos.

Formas variadas poderiam contribuir para atingir, pelo menos em parte, a interculturalidade, a combinação de tradições indígenas e da ocidental, tão complicada de realizar.

É preciso lembrar que o peso cultural indígena e o da sociedade industrial estão longe de ser equilibrados, na escola ou em qualquer outro âmbito, dadas as relações de desigualdade econômica e social no País, a histórica submissão dos povos indígenas ao Estado e à Nação, a força dos meios de comunicação de massas e da tecnologia.

O sistema escolar em si não é capaz de sanar a desigualdade, mas pode atuar na direção de equidade material e espiritual. Deve haver, porém, a consciência de que interculturalidade é quase uma ficção, encobrindo o confronto desigual de idéias dominantes e hegemônicas com uma forma de vida indígena complexa, incompreendida e marginalizada, que a sociedade industrial deveria esforçar-se muito mais para incorporar.

O MEC e universidades, assim, deveriam investir na formação de profissionais de diferentes áreas para estudarem, pesquisarem os conhecimentos e as sociedades indígenas, num movimento em direção à interculturalidade. Não basta que se formem professores indígenas, autores de diálogos interculturais, é preciso que educadores se tornem falantes das línguas e conhecedores das culturas indígenas.

Ter nas escolas todos os livros e teses, estudar e analisar tudo o que já foi escrito sobre cada povo, percebendo como os antropólogos chegaram às suas conclusões, com que métodos, qual o

contraste com a visão indígena, em que direções as pesquisas podem ser feitas, é um primeiro passo indiscutível. Uma bibliografia básica sobre a questão indígena, contendo vários clássicos, é obrigatória. Quem trabalha junto às comunidades indígenas deveria sempre ter um espectro amplo de conhecimento e informações, procurar mergulhar no universo com que se defronta, abrindo-se para a compreensão e empatia com os interlocutores. A contribuição da antropologia e dos livros é de grande valor.

Um dos assuntos novos nos referenciais é a avaliação dos docentes formadores dos professores indígenas. Já que exigimos dos índios, que estão começando uma carreira nada usual na sua sociedade e na sua vida, que é a de professor, uma análise crítica de sua atuação e de seu contexto social, mais ainda se deve estimular os professores que trabalham com eles, muitos com curso universitário, com experiência de ensino, ou pelo menos com experiência da sociedade brasileira, um esforço e uma reflexão permanentes. Quantos de nós, no trabalho cotidiano, refletimos sobre a pluralidade cultural, sobre valores preconceituosos impostos no dia-a-dia, sobre a exclusão e a desigualdade escamoteadas ou ignoradas no sistema educacional? Quando se trata de passar valores para as crianças, os critérios ideológicos, éticos, têm sido pouco explicitados.

Talvez o mais difícil na educação indígena, porque se refere à substância mais desconhecida e que menos dominamos, seja exatamente o conteúdo mais propriamente indígena do sistema educacional que está sendo criado. Não havia escola ou escrita antes do contato; como incorporar, ou pelo menos deixar espaço, para que não sejam destruídas formas preciosas de aprendizagem, de ensino, de transmissão de valores? Seria preciso que professores indígenas, formadores, administradores, tivessem sempre presente a importância do que os nossos povos indígenas ainda transmitem de uma geração a outra. A oralidade, a facilidade de falar e persuadir, os cantos e a música, os intrincados sistemas de parentesco permeando todas as relações sociais, patentes nos vocativos ouvidos em cada povo, a cooperação comunitária na economia, com

igualdade tão maior que no nosso sistema empresarial, o entrelaçamento de prazer, trabalho, rituais e produção, o horário sossegado, as risadas, as formas peculiares de sonhar, reforçando laços comunitários, os pajés, as visões, a cura, a dádiva e os bens sagrados jamais trocados ou vendidos, os improvisos de poesia, os mitos, a liberdade e os cuidados com o corpo, o conhecimento da natureza são apenas alguns dos ângulos a serem ensinados e valorizados nas escolas, mas que ficam obscurecidos pela quantidade de disciplinas e conteúdos que costumamos incluir no currículo escolar. Em princípio, falamos muito de pesquisar a tradição, elaborar textos nas línguas, apoiar as múltiplas culturas, mas na prática, essa vertente ainda fica na sombra.

Um dos obstáculos graves, que nos referenciais recebe a devida atenção, é o contexto institucional conflitivo em que acontece a educação indígena, com organizações que competem entre si ou têm visões que se chocam. O maior exemplo é a existência de missões religiosas – um dos gigantescos espinhos a perturbar a implantação de um sistema educacional que promova a autonomia indígena e a interculturalidade. O MEC tem demonstrado muita clareza quanto à necessidade de promover o ensino laico, separando Estado e Igreja, conquista da república. Um parecer exemplar do MEC condenou o trabalho de fundamentalistas como o Summer Institute of Linguistics. Na prática, missionários continuam trabalhando nas áreas indígenas com muita força.

Conclusão

O que os referenciais passam não é o desânimo diante de tantos obstáculos e inquietações, mas a crença de que é possível encaminhar soluções e encontrar pistas nesse emaranhado. Já muito se fez na educação indígena brasileira, incorporando os resultados avançados existentes no País, no campo da educação a distância, da educação libertária e criativa, da formação de pessoal acreditando no potencial de cada ser humano e não apenas nos diplomas formais. Muitos professores universitários, pesquisadores, pedagogos vêm se empenhando na educação indígena, procurando criar métodos específicos, preparar materiais.

Antropólogos, lingüistas, pesquisadores, têm um amplo trabalho pela frente, sempre em conjunto com os índios e com os educadores. Com todas as dificuldades que enfrentam os professores índios para afirmar-se em sua profissão, o desejo de conhecimento e a curiosidade são sua grande motivação – que são também a de quem procura mergulhar numa sociedade diferente da sua. O sonho de troca e convívio humano na diferença, transmitido pelo belo livro dos referenciais, é que alimenta a esperança de que é possível construir um sistema educacional denso, com conteúdo crítico, plural.

Um texto como esse pode, aos poucos, estender-se para ir se tornando cada vez mais concreto, examinando as muitas realidades que coexistem no Brasil, com recomendações específicas, além das de princípios, jamais dispensáveis.